

Encaminhamentos da plenária de entidades que compõem o fórum em defesa dos direitos dos trabalhadores ameaçados pela terceirização, FÓRUM.

A plenária de entidades do fórum realizada no dia 15 de agosto de 2014, em Brasília, DF, aprovou os seguintes encaminhamentos:

Reafirma o Manifesto do FÓRUM em sua integralidade e, em especial, de forma intransigente quanto aos pilares estruturantes de uma legislação civilizatória e,

Tendo claro que as medidas e ações até aqui adotadas em contraposição e em resistência ao PL 4330/04 e ao Substitutivo do Santiago – proposta que, se aprovada, representará uma das maiores reformas precarizadoras dos direitos e das relações do trabalho no Brasil – têm sido eficazes no sentido de brechar sua votação; tendo claro que o espaço do FÓRUM se tem constituído em lócus unificador estratégico das lutas contra o aprofundamento da terceirização; tendo claro que a terceirização é uma das expressões do movimento do capitalismo contemporâneo na sua versão financeirizada e globalizada e que, movido pelo desejo de acumulação de riqueza abstrata, vai sempre engendrando novas formas de contratação da força de trabalho e da redução dos custos do trabalho; tendo claro, nesse sentido, que a força dos acionistas, inclusive os dos entes públicos, tem sido elemento que fortalece a precarização e a terceirização; tendo claro que, em face do êxito até o momento das ações concretas protagonizadas pelo FÓRUM e pelas entidades que o compõem; tendo claro que a “criatividade do capitalismo” na sua “compulsão” de acumular estimulou os setores econômicos e financeiros deste País a elegerem, neste momento, o STF via Repercussão Geral como espaço de luta para liberar geral da terceirização e como forma de deslegitimar a ação do TST que tem colocado freios à sua expansão, o que demanda do FÓRUM novas estratégias e novas compreensão para se poder mais bem disputar esse espaço, o FÓRUM define como atividades fundamentais:

1. Buscar ampliar a participação dos sindicatos e das entidades do Fórum envolvendo mais amplamente todas as Centrais Sindicais, as entidades da sociedade e, nestas, em especial os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas e precarizadas, os setores jovens, a Academia e os pesquisadores do tema da terceirização, visando a construir a unidade na ação tanto na luta permanente contra a aprovação do PL 4330 e o substitutivo do Santiago e do PLS 87, contra a terceirização;
2. Nessa luta, buscar sensibilizar o STF para que, antes de decidir a questão de fundo das Repercussões Gerais, ouça o FORUM e as entidades que o integram para que possam apresentar aos Ministros suas pesquisas e reflexões sobre o tema, em síntese: a Terceirização precariza, adocece, mata e, ao contrário do que propalado, não melhora os índices de competitividade e de produtividade, consistindo em instrumento de maior precarização, cisão e discriminação do mundo e das relações de trabalho;
3. Nessa luta, buscar apoio das entidades internacionais, tanto sindicais quanto as de direitos humanos, contra a Repercussão Geral;
4. Nessa luta buscar, a realização de uma audiência pública ou seminário no STF com ampla participação do FÓRUM e de seus integrantes, demandando do Presidente e dos Relatores das Repercussões Gerais que seja assegurada nessa audiência a paridade de armas e que o FORUM, as entidades que o integram e os pesquisadores participem dessa audiência;

5. Nessa luta, procurar marcar reunião do FORUM com o Ministro Presidente do STF e com os Ministros Relatores para entrega das posições do FORUM relativamente à Repercussão Geral;
6. Nessa luta, construir um documento com as resoluções do FÓRUM como plataforma para ser entregue aos candidatos à Presidência, aos Ministros do STF e do TST, ao Senado e à Câmara dos Deputados, condicionando o voto ao cumprimento dessas proposições;
7. Nessa luta, buscar ampliar e fortalecer no âmbito dos partidos políticos e dos parlamentares a luta contra a terceirização e contra os projetos de lei em andamento, afirmando apoio integral ao projeto das centrais sindicais que está na Casa Civil;
8. Nessa luta, encaminhar à Presidenta Dilma documento reafirmando a importância da proposta de lei consensuada pelas Centrais Sindicais no âmbito do MTE até hoje sem encaminhamento, na Casa Civil da Presidência da República, exigindo esse encaminhamento ao Parlamento;
9. Nessa luta, realizar atos públicos em Brasília contra a terceirização, a Repercussão Geral, o PL 4330 e substitutivo do Deputado Santiago e, agora, o PLS 87;
10. Nessa luta, organizar, com as centrais e os sindicatos, manifestações de massa em todo o território nacional contra a terceirização, o projeto 4330/04 e o substitutivo do Deputado Santiago, o PLS 87 e a Repercussão Geral, que, na visão do FORUM, se julgada procedente representará retrocesso impensável e inaceitável no sentido do retorno aos superados tempos de plenitude da ordem liberal burguesa, com negação das conquistas sociais obtidas contra as leis da dinâmica capitalista;
11. Nessa luta, estimular as entidades do FORUM para que ingresse nas Repercussões Gerais como *amicus curiae*, trazendo aos autos elementos sobre os impactos da terceirização na vida não apenas dos trabalhadores, mas de todos os cidadãos da sociedade brasileira;
12. Nessa luta, editar um livro com todos os debates deste seminário, ampliando-o, ainda, para todos os estados com apoio do FÓRUM e buscando integrar neste debate os trabalhadores terceirizados;
13. Nessa luta, ampliar o processo de produção de material gráfico e vídeos contra a terceirização, aprofundando e ampliando a aliança com o MHUD para atualizar os vídeos feitos em parceria com a ANAMATRA;
14. Nessa luta, construir internamente ao FÓRUM Grupos de Trabalho – GT’s – como o de Relações Públicas e Institucionais encarregado da articulação com os Poderes da República; de mídia, visando a divulgar o FORUM; de mobilização; jurídico e de finanças;
15. Por fim, ampliar o leque das discussões do FÓRUM visando a aprofundar os debates sobre a financeirização no capitalismo contemporâneo e seus impactos na regulação do trabalho, nas formas atípicas de contratação e nas normas de proteção ao emprego, discutir o tripé que fundamenta a economia contemporânea no mundo e em nosso País, com foco na liberalização financeira via Banco Central, na lei de responsabilidade fiscal, no sistema de tributação e de representação sindical.